

ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento,

BRASIL TELECOM S.A., com sede no SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “EMISSORA”);

PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Avenida das Américas, nº 3.333 / Grupo 307/8/9, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº 17.343.682/0001-38, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), nomeado nesta Escritura e nela Interveniante como Agente Fiduciário representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”) e (“Debêntures”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (doravante simplesmente denominada “AGENTE FIDUCIÁRIO”); e

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., com sede no SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob nº 02.570.688/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de interveniente garantidora, mediante prestação de fiança (doravante simplesmente denominada “GARANTIDORA”).

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente “ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.” (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”) dos acionistas da EMISSORA realizada em 18 de dezembro de 2001.

1.2. Foram delegados, pela AGE, ao Conselho de Administração da EMISSORA, com referência às deliberações tomadas na AGE realizada em 18 de dezembro de 2001, poderes para, independentemente de convocação e deliberação de AGE: (i) deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII, do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; (ii) deliberar e autorizar a forma de alocação das Debêntures entre as séries desta Emissão, conforme resultado obtido durante o processo de *bookbuilding*; (iii) cancelar as Debêntures desta Emissão que venham a ser emitidas e não sejam subscritas, bem como as Debêntures adquiridas e mantidas em tesouraria pela própria EMISSORA; (iv) adequar a fórmula a ser aplicada para aferição do Prêmio de Reembolso das Debêntures da 2ª Série em caso de resgate antecipado, prevista na Cláusula 4.12.1.º “b” desta Escritura, a fim de ajustá-la à taxa de juros efetiva a ser aplicável às Debêntures da 2ª Série, que será definida em processo de *bookbuilding*; e (v) alterar e aditar a Escritura de Emissão para que as matérias mencionadas nos sub-ítem (i), (ii), (iii) e (iv) deste Item 1.2, bem como as matérias objeto do Item 1.3 abaixo, possam estar corretamente refletidas na Escritura de Emissão.



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

1.3. Foram delegados pela AGE poderes à Diretoria da EMISSORA para contratar instituições financeiras credenciadas para intermediação da Emissão, nomeação do AGENTE FIDUCIÁRIO, bem como contratar banco mandatário, banco prestador de serviços de escrituração das Debêntures e praticar os demais atos necessários à formalização e administração desta Emissão.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

2.1. A efetiva emissão das Debêntures está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

- a) arquivamento da ata de AGE que deliberou sobre a emissão das Debêntures e da ata de RCA que deliberará sobre as condições da Emissão previstas na Cláusula 1.2. desta Escritura, na Junta Comercial do Distrito Federal;
- b) publicação da ata de AGE que deliberou sobre a emissão das Debêntures e da ata de RCA que deliberará sobre as condições da Emissão previstas na Cláusula 1.2. desta Escritura, nos jornais em que a EMISSORA efetua suas publicações legais;
- c) inscrição da presente Escritura e de eventuais Aditamentos no registro de imóveis do lugar da sede da EMISSORA; e
- d) registro da presente emissão na CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada parcialmente pela Lei nº 9.457, de 05 de maio de 1997, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

3.1. Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas.

3.2. Número da Emissão e Séries

A presente emissão constitui a 1ª Emissão Pública de Debêntures da EMISSORA ("Emissão"), dividida em duas séries.

3.3. Montante da Emissão

O montante da presente Emissão é de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos através da presente Emissão serão destinados a investimentos para expansão e modernização da planta nos anos de 2002 e 2003, bem como para outros investimentos da EMISSORA.

3.5. Colocação, Procedimento e Negociação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários ("Bancos Coordenadores"), para negociação no mercado de balcão organizado, através (i) do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e/ou (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA (doravante denominado "BOVESPA FIX"), custodiado na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (doravante denominada "CBLC"), mediante o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de agosto de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos de Debêntures, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos Bancos Coordenadores que desejarem subscrever as Debêntures.

3.6. Limite da Emissão

A presente Emissão atende ao limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei nº 6.404/76, não ultrapassando o valor do capital social da EMISSORA que, em 18 de dezembro de 2001, totalizava R\$3.296.179.188,66 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, cento e setenta e nove milhões, cento e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

3.7. Certificados das Debêntures

A EMISSORA não emitirá certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, definida no item 4.7 da Cláusula Quarta abaixo. Adicionalmente, será admitido como comprovante de titularidade o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido sistema; e/ou o Relatório de "Posição de Títulos", expedido através do Sistema de Liquidação e Custódia da CBLC, caso as Debêntures sejam negociadas no BOVESPA FIX.

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as características adiante especificadas e serão emitidas de acordo com as seguintes condições:

4.1. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de fevereiro de 2002 ("Data de Emissão").



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

4.2. Quantidade de Títulos e Alocação das Debêntures nas Séries

4.2.1. Serão emitidas, no total, até 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures, a serem alocadas entre as duas séries da Emissão, conforme o resultado da demanda dos investidores verificada durante o processo de *bookbuilding* a que se refere o item “b” da Cláusula 4.9.1 e item b.1. da Cláusula 4.9.2. desta Escritura, observado que o número de Debêntures a ser alocado para cada uma das séries não poderá ultrapassar 100.000 Debêntures.

4.2.2. Nos termos do parágrafo 3º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, a EMISSORA não poderá colocar as Debêntures da 2ª Série antes de colocadas todas as Debêntures da 1ª Série, ou cancelado o saldo não colocado.

4.3. Valor Nominal Unitário

As Debêntures das duas séries terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

4.4. Garantia – mediante Prestação de Fiança

4.4.1. Pela presente Escritura, a GARANTIDORA obriga-se para com os Debenturistas como fiadora e principal pagadora da EMISSORA, renunciando, neste ato, expressamente, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração previstos nos artigos 1.006, 1.485, 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil, nos artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do Valor Nominal Unitário, atualizado, se aplicável, das Debêntures, acrescido de sua respectiva Remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios contratados.

4.4.2. Caberá ao AGENTE FIDUCIÁRIO requerer a execução da fiança.

4.4.3. A fiança objeto desta cláusula é prestada em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela EMISSORA, de suas obrigações pecuniárias para com os Debenturistas, nos termos desta Escritura.

4.4.4. A GARANTIDORA declara terem sido atendidos todos os requisitos estatutários e legais para a prestação da garantia ora contratada, bem como que seus representantes têm plena capacidade para firmar esta Escritura.

4.5. Prazo e Data de Vencimento

Primeira série: O prazo das Debêntures da 1ª Série (“Debêntures da 1ª Série”) será de 4 (quatro) anos, a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de fevereiro de 2006, ocasião em que a EMISSORA obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures objeto da 1ª Série que ainda se encontrarem em circulação.



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

Segunda série: O prazo das Debêntures da 2ª Série (“Debêntures da 2ª Série”) será de 6 (seis) anos, a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de fevereiro de 2008, ocasião em que a EMISSORA obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures objeto da 2ª Série que ainda se encontrarem em circulação.

4.6. Forma e Conversibilidade

As Debêntures das duas séries serão da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações da EMISSORA, sendo o Banco Bradesco S.A. responsável por sua escrituração.

4.7. Espécie

As Debêntures das duas séries serão da espécie quirografária.

4.8. Preço, Prazo de Subscrição e Integralização

4.8.1. As Debêntures das duas séries serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, atualizado, quando aplicável, acrescido de sua respectiva Remuneração, na forma prevista na Cláusula 4.9 desta Escritura, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

4.8.2. As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de concessão de registro, pela CVM, para distribuição pública das Debêntures.

4.9. Remuneração das Debêntures da 1ª Série e da 2ª Série (“Remuneração”)

4.9.1 Remuneração das Debêntures da 1ª Série

- a) A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será realizada através de processo de *bookbuilding*, limitado à taxa máxima de 109% da Taxa DI, conforme definida abaixo.
- b) Por procedimento de *bookbuilding* entende-se o procedimento a ser organizado e conduzido pelos Bancos Coordenadores, que consistirá na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures da 1ª Série em diferentes níveis de percentual de variação da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, “over extra grupo” expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, Edição Nacional, doravante denominada “Taxa DI”. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da EMISSORA ratificará a variação do percentual da Taxa DI resultante do processo de *bookbuilding* utilizando-se dos poderes que lhe foram delegados na AGE, devendo ser celebrado aditamento à presente Escritura para refletir a taxa efetiva de Remuneração a ser aplicável às Debêntures da 1ª Série, devendo o mesmo ser averbado à margem do registro a que se refere o item “c” da Cláusula Segunda desta Escritura.



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

c) Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A remuneração das Debêntures da 1ª Série será paga semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no dia 01 de fevereiro e 01 de agosto de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de agosto de 2002 e o último, na data de vencimento.

d) Período de Vigência da Remuneração

As condições de Remuneração definidas acima terão Período de Vigência da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ou até a quitação integral das obrigações da EMISSORA.

e) Cálculo da Remuneração

Fórmula de cálculo da remuneração:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1]$$

Onde,

JR = Valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do “período de capitalização”;

$(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulado da Taxa DI, incorporado o spread (“S”), entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do “período de capitalização” da Remuneração, calculada conforme fórmula abaixo:

Os termos f_1 , f_2 , f_j serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

Onde,

f_j = fator da Taxa DI referente ao dia “j”;

Taxa DI_j = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia “j”;

S = percentual a ser definido no processo de *bookbuilding*, limitado a 109,00%.



**ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.**

f) Período de Capitalização

Define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do Primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração prevista nesta Cláusula 4.9.1, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Períodos de Capitalização estão definidos da seguinte forma:

Períodos de Capitalização	Datas de Início e Término
1º	Da data de emissão até 01/08/2002, exclusive
2º	01/08/2002 inclusive a 01/02/2003, exclusive
3º	01/02/2003 inclusive a 01/08/2003, exclusive
4º	01/08/2003 inclusive a 01/02/2004, exclusive
5º	01/02/2004 inclusive a 01/08/2004, exclusive
6º	01/08/2004 inclusive a 01/02/2005, exclusive
7º	01/02/2005 inclusive a 01/08/2005, exclusive
8º	01/08/2005 inclusive a 01/02/2006, inclusive

g) Apuração da Taxa DI

Se na data de apuração do valor de quaisquer obrigações não se conheça a Taxa DI aplicável, a determinação da Remuneração em um determinado Período de Capitalização por não ter sido divulgada, será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

g.1.) A utilização da Taxa DI deverá considerar o número de casas decimais, conforme divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

h) Extinção, Impossibilidade Legal de Utilização ou Não Divulgação da Taxa DI

Na ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da 1ª Série, da Taxa DI, ou da não divulgação da Taxa DI por mais de 10 dias seguidos, será utilizado em substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na ausência de índice que substitua a Taxa DI, ou caso, a exclusivo critério do AGENTE FIDUCIÁRIO, a Taxa DI deixar de ser representativa da média dos depósitos interfinanceiros, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, a ser realizada no prazo máximo de 20 dias, contados da data do evento, para deliberar, de comum acordo, com a EMISSORA, o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, a ser proposto pela EMISSORA. O novo parâmetro de Remuneração,



**ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.**

estabelecido entre os Debenturistas e a EMISSORA, será utilizado, também, para a Remuneração do período compreendido entre a data de divulgação da última Taxa DI até a próxima data de vencimento de Remuneração ou do valor principal das Debêntures. Caso não haja acordo entre os Debenturistas e a EMISSORA, as Debêntures deverão ser resgatas no prazo máximo de 60 dias corridos, contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, na sua totalidade, pelo saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração.

- i) Para fins de cálculo da Remuneração a ser paga aos Debenturistas na hipótese de ocorrência do disposto no item acima, fica desde já acordado que, a partir da data de convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ali prevista, as Debêntures pagarão Remuneração equivalente à taxa percentual da Remuneração que as Debêntures fizeram jus no período de 30 dias imediatamente anterior à convocação da referida assembléia, calculado *pro rata temporis* até a data de pagamento do valor do resgate.

4.9.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série

a) As Debêntures da 2ª Série farão jus a remuneração com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), acrescida de taxa máxima de juros de até 13,25% (treze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, sendo que a taxa efetiva será definida nos termos desta Escritura.

a.1.) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado pela variação do IGP-M, a partir de Data de Emissão até a Data de Vencimento da 2ª Série, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos (o “Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 2ª Série”).

a.2.) O Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 2ª Série será calculado por meio da capitalização do montante correspondente à parcela do IGP-M, que será incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série no primeiro dia de cada mês da vigência das Debêntures da 2ª Série, observada a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\}$$

onde:



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

VNa = valor nominal atualizado;

VNe = valor nominal ou saldo do valor nominal, conforme o caso;

NI0 = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI1 = valor do número-índice do IGP-M do mês de início de atualização;

NI2 = valor do número-índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NIn = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização¹ até a data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário², valor do número-índice do mês de atualização¹;

NIn-1 = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dcp = número de dias corridos da última data-base³ até a data de atualização;

dct = número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base³;

Observações:

(1) Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures da 2ª Série.

(2) Considera-se data de aniversário o dia 01 de fevereiro de cada ano, até a Data de Vencimento da 2ª Série.

(3) Considera-se data-base o dia 01 de cada mês.

a.3.) O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

a.4.) No caso de indisponibilidade temporária do IGP-M quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não sendo devida, quando da divulgação do IGP-M devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos Debenturistas.

ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.



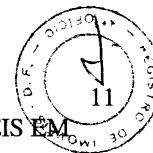
a.5.) Na ocorrência de uma das seguintes hipóteses: (i) ausência de apuração e/ou divulgação do IGP-M por prazo superior a 30 dias após a data esperada para sua divulgação; (ii) extinção do referido índice; ou (iii) de impossibilidade de aplicação do referido índice em razão de superveniência de normas legais e regulamentares, ou determinação judicial, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar os Debenturistas para, reunidos em Assembléia de Debenturistas, deliberarem, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável. Será facultado à EMISSORA, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação em cronograma estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série, vigendo até o resgate o critério de remuneração deliberado pela referida Assembléia de Debenturistas, o qual deverá, além de preservar o valor real das Debêntures, remunerá-las nos mesmos níveis anteriores. Enquanto não houver definição do novo critério de remuneração será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura, a última variação percentual divulgada para o IGP-M.

b) A taxa de juros incidirá sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização, nas Datas de Pagamento da Remuneração da 2ª Série (conforme definidos abaixo).

b.1.) A taxa de juros efetiva será definida em processo de *bookbuilding*, observado o valor máximo de 13,25% (treze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano.

b.2.) O processo de *bookbuilding* consiste na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures da 2ª Série em diferentes níveis de taxa de juros. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da EMISSORA fixará a taxa de juros efetiva, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da 1ª Emissão que lhe foram delegados na AGE. A taxa de juros final e efetiva, verificada por meio do processo de *bookbuilding*, constará de aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado à margem do registro de imóveis a que se refere o item “c” da Cláusula Segunda desta Escritura.

b.3.) Para fins de remuneração das Debêntures da 2ª Série, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração da 2ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

b.4.) O cálculo dos juros incidentes sobre as Debêntures da 2ª Série será realizado com base na seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right]^{\frac{DP}{DT}} - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNa = valor nominal ou saldo do valor nominal atualizado, conforme o caso;

taxa = taxa de juros fixa, expressa ao ano;

n = é o número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

DT = é o número de dias corridos entre o último e o próximo evento;

DP = é o número de dias corridos entre o último evento e a data atual.

Entende-se por evento qualquer pagamento da remuneração das Debêntures da 2ª Série.

c) A Remuneração a incidir sobre as Debêntures da 2ª Série será devida nas seguintes datas (cada uma, uma "Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série"):

Pagamentos	Data de Pagamento
1º Pagamento	01.02.2003
2º Pagamento	01.02.2004
3º Pagamento	01.02.2005
4º Pagamento	01.02.2006
5º Pagamento	01.02.2007
6º Pagamento	01.02.2008



**ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.**

4.10. Amortização Programada

Primeira Série: As Debêntures da 1ª Série não terão amortização programada.

Segunda Série: As Debêntures da 2ª Série terão o seu Valor Nominal Unitário, atualizado, amortizado em três parcelas, conforme a seguinte programação e respeitados os percentuais abaixo:

DATA	Parcela de Amortização do Valor Nominal Atualizado
01.02.2006	1/3 do Valor Nominal Atualizado
01.02.2007	1/3 do Valor Nominal Atualizado
01.02.2008	Saldo do Valor Nominal Atualizado

4.11 Repactuação

Não haverá repactuação para as Debêntures desta Emissão.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo à EMISSORA

4.12.1. A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão ("Data de Início de Resgate"), promover o resgate antecipado de todas ou parte do total das Debêntures da Emissão em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, atualizado, quando aplicável, acrescido da respectiva Remuneração, conforme se trate de Debêntures da 1ª Série ou da 2ª Série, aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da respectiva Remuneração, conforme aplicável, até a data do seu efetivo pagamento, acrescido de prêmio de reembolso, conforme estabelecido nos itens "a" e "b" desta Cláusula.

- a) Prêmio de Reembolso aplicável às Debêntures da 1ª Série: 1,00% (um por cento) sobre o valor do resgate, proporcional ao prazo em dias corridos restante entre a data do efetivo resgate e a data de vencimento das Debêntures da 1ª Série, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 1,00\%$$

Onde:

P = Prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor do resgate

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo resgate e a data de vencimento das Debêntures da 1ª Série

D = quantidade de dias corridos entre a data de 01/Fev/2003 (correspondente ao período de 12 meses após a data de emissão) e a data de vencimento das Debêntures da 1ª Série.

- b) Prêmio de Reembolso aplicável às Debêntures da 2ª Série – O prêmio de reembolso da 2ª Série será calculado de acordo com a seguinte fórmula:



**ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.**

$$VRA = \frac{SVN \times ([\bullet] \times 1,0025)^{n/360}}{(Rntn/100 + 1)^{n/360}}$$

Onde:

SVN= Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário, atualizado, das Debêntures, calculado na forma da Cláusula 4.9.2, apurado na data do Resgate Antecipado;

[•]= Fator referente à Remuneração da 2ª Série (máxima de 13,25% a.a.);

1,0025 = Fator de prêmio por conta do resgate antecipado (0,25%);

VRA = Valor devido por Debênture na hipótese de Resgate Antecipado das Debêntures da 2ª Série;

N = Número de dias corridos entre a data do Resgate Antecipado das debêntures e da data de vencimento da respectiva debênture resgatada, excluindo a data de início e incluindo-se a data de vencimento; e

Rntn = Juros das Notas do Tesouro Nacional - C de prazo equivalente (títulos indexados ao IGPM), no mercado secundário, na forma percentual, apurada pela EMISSORA na data de publicação do "Aviso aos Debenturistas".

4.12.2. A EMISSORA deverá comunicar os Debenturistas acerca do resgate antecipado das Debêntures, na forma da Cláusula 4.17 desta Escritura, no mínimo 20 (vinte) dias corridos antes do efetivo resgate das Debêntures.

4.12.3. Na hipótese de resgate antecipado de parte do total das Debêntures em circulação, o resgate ocorrerá mediante sorteio, na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos do parágrafo primeiro do art. 55 da nº Lei 6.404/76 e demais normas aplicáveis, sendo certo que, em ocorrendo resgate parcial, deverão permanecer em circulação no mínimo 20% (vinte por cento) das Debêntures originalmente subscritas e colocadas, caso contrário o resgate deverá ser total.

4.13. Aquisição Facultativa pela EMISSORA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação das duas séries por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, atualizado, quando aplicável, acrescido de sua respectiva Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de juros, observado o disposto no parágrafo 2º, do art. 55, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado.

4.14. Aquisição Obrigatória pela EMISSORA

4.14.1. A EMISSORA obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures da Emissão em circulação, dos Debenturistas que, individualmente, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

desta Emissão de que sejam titulares, em até 60 dias, contados da data do recebimento da comunicação por escrito do Debenturista, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) alienação ou perda, a qualquer título, do controle acionário, direto ou indireto, da EMISSORA pela GARANTIDORA; e
- b) alienação ou perda, a qualquer título, do controle acionário direto da GARANTIDORA, por sua atual controladora direta, a Solpart Participações S.A., bem como da maioria do capital votante da Solpart Participações S.A.

4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (a) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, operacionalizado pela CETIP, para as Debêntures registradas para negociação junto ao SND; ou (b) utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (c) por intermédio do Banco Mandatário.

4.16. Prorrogação de Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures das duas séries, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário em Brasília, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser, obrigatoriamente, publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial da União, Gazeta Mercantil – Edição Nacional e Jornal de Brasília.

4.18. Covenants Financeiros

A EMISSORA obriga-se a respeitar os seguintes limites e índices financeiros, a serem verificados trimestralmente:

- a) Na data do último balanço trimestral, a relação entre o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 trimestres da EMISSORA e o somatório das Despesas Financeiras Consolidadas no mesmo período não poderá ser inferior a 2,25;
- b) Na data do último balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 trimestres da EMISSORA não poderá ser superior a 3,25;
- c) Na data do último balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório entre Dívida Consolidada e Patrimônio Líquido não poderá ser superior a 0,60.

Definições:



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

“EBITDA” significa o somatório sem duplicidade (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) da depreciação e amortizações consolidadas ocorridas no mesmo período e (iii) das Despesas Financeiras deduzidas das receitas financeiras, descontados (iv) o resultado não operacional e (v) outras receitas e despesas operacionais.

“Dívida Consolidada” significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas da Emissora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela Emissora, bem como valores pagos a acionistas em decorrência de resgate de ações realizados pela EMISSORA e a venda ou a cessão de recebíveis presentes ou futuros, com ou sem a coobrigação da EMISSORA.

“Despesas Financeiras Consolidadas” significa o somatório dos custos de emissão de dívida, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras, fornecedores, valores mobiliários, despesas financeiras que não impactem o caixa, comissões, descontos e outras taxas para empréstimos bancários ou cartas de crédito, despesas com *hedge*, despesas com arrendamento mercantil, despesas com avais, fianças, penhores ou garantias prestadas a outras obrigações.

4.19. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força da presente Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a de efetivo pagamento.

4.20. Vencimento Antecipado

Na hipótese da EMISSORA descumprir as obrigações abaixo indicadas, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal atualizado, quando aplicável, das Debêntures em circulação, acrescido de sua respectiva Remuneração *pro rata temporis* (e no caso da alínea (b) abaixo, dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.19 desta Escritura), até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) pedido de concordata preventiva, liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;
- b) não pagamento, pela EMISSORA, do Valor Nominal Unitário, atualizado, quando aplicável, acrescido da respectiva Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas previstas nesta Escritura, não sanado no prazo de 3 (três) dias corridos, contados da respectiva data de vencimento;
- c) decisão judicial determinando execução judicial de títulos contra a EMISSORA cujo valor agregado não ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustado pela variação do Índice Geral de Preços– Mercado (“IGPM”), salvo se contra tal decisão judicial couber qualquer ação ou recurso judicial da EMISSORA perante o tribunal que determinou a execução do título ou tribunal superior a este;



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

- d) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da EMISSORA cujo valor principal seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões), salvo se sanado pela EMISSORA no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data de notificação à EMISSORA de ocorrência de inadimplemento e/ou vencimento antecipado;
- e) não observância de qualquer item constante da Cláusula 4.18 (*covenants* financeiros) desta Escritura;
- f) perda, pela Emissora, da concessão para prestação de serviços de telefonia fixa comutada; e
- g) descumprimento por parte da EMISSORA de qualquer obrigação material prevista nesta Escritura, não sanada em 30 dias contados da data de aviso enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

4.21. Comunicações

4.21.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

Brasil Telecom S.A.
SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B
Brasília - Distrito Federal
CEP: 71215-000
At.: Sr. Paulo Sá
Telefone: 61 415-1052
Fac-símile: 61 415-1343
E-mail: paulo.sa@brasiltelecom.com.br

Para a GARANTIDORA:

Brasil Telecom Participações S.A.
SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B
Brasília - Distrito Federal
CEP: 71215-000
At.: Sr. Paulo Sá
Telefone: 61 415-1052
Fac-símile: 61 415-1343
E-mail: paulo.sa@brasiltelecom.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Razão Social: PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Endereço: Avenida das Américas, nº 3.333 / Grupo 307/8/9



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CEP: 22631-003

At.: Sr. Maurício da Costa Ribeiro

Telefone: (21) 3325-5059

Fac-símile: (21) 3325-5969

E-mail: pentagono@pentagonotruster.com.br

4.21.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja comprovado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias corridos após o envio da mensagem por fac-símile.

4.21.3. A parte que mudar do respectivo endereço ou que tiver qualquer de seus dados acima mencionados alterados deverá comunicar à outra parte o novo endereço para correspondência ou os novos dados, conforme o caso.

4.22. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.19 desta Escritura, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado veiculado na forma indicada na Cláusula 4.17 desta Escritura, não dará direito ao Debenturista ao recebimento de remuneração pelo período relativo ao atraso correspondente ao período em que não compareceram para recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

5.1. Até o integral cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, a EMISSORA está adicionalmente obrigada a fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas relativas a esse período, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, se for o caso;
- b) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 202/93 e alterações posteriores, nos prazos previstos na referida norma;
- c) imediatamente, qualquer informação razoável que venha a ser solicitada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- d) nas mesmas datas de sua publicação, todos os avisos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos Debenturistas.



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

5.1.1. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

5.1.2. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus Debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;

5.1.3. Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço; e

5.1.4. Notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA, por prazo superior a 15 dias corridos.

5.2. Até o integral cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, a GARANTIDORA está obrigada a fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas relativas a esse período, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, se for o caso;
- b) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 202/93 e alterações posteriores, nos prazos previstos na referida norma; e
- c) imediatamente, qualquer informação razoável que venha a ser solicitada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da Emissão da presente Escritura, PENTÁGONO S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, que neste ato aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, EMISSORA, a comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

b) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições;



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida; e

d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

6.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou a sua efetiva substituição.

6.4. Serão devidas pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração da seguinte forma:

a) Parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo o primeiro pagamento devido na mesma data da obtenção do “registro de emissão” junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores;

b) As parcelas citadas no item “a” supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão das Debêntures até as datas de pagamento, calculadas *pro rata die*, se necessário. Tal remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;

c) Na hipótese do IGP-M, em qualquer mês de referência, apresentar taxa de variação negativa, expressando uma deflação medida por esse índice de preços, considerar-se-á, como variação para o referido mês, a taxa de 0% (zero por cento) que, por definição, não virá a alterar a variação acumulada do IGP-M até o período imediatamente anterior ao cálculo a que se refere;

d) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO em decorrência desta Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;

e) o AGENTE FIDUCIÁRIO não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da EMISSORA ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela EMISSORA ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões; e,

f) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, devendo, neste caso, o oficial do registro notificar a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) examinar as alterações do Estatuto Social da EMISSORA que objetive mudar o seu objeto social, ou que, de qualquer forma, possa vir a ter algum reflexo na presente emissão, cumprindo-lhe, se for o caso, convocar Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a matéria;
- k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, observado o disposto na Cláusula 4.17 desta Escritura;
- l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) elaborar o relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações, além das estabelecidas no referido dispositivo legal:
- m. 1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

- m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- m.5) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures pela EMISSORA;
- m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados mediante a emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
- m.7) relação dos bens e valores entregues a sua administração, se for o caso;
- m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento; e
- m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

n) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

- n. 1) na sede da EMISSORA;
- n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- n.3) na CVM; e
- n.4) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das Debêntures.

o) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, observada a Cláusula 4.17 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea “n” acima;

p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de Debêntures escriturais;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas nessa



ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM.

6.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da Assembléia de Debenturistas, obedecido o "quorum" de deliberação previsto na Cláusula 9.6 desta Escritura, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da EMISSORA; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

6.6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na alínea "a" da Cláusula 6.6 desta Escritura na ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas na Cláusula 4.20 desta Escritura.

6.6.2. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

6.7.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar, no prazo de 2 (dois) dias o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para este fim.



23

ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

6.7.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e normas posteriores.

6.7.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá ser objeto de aditamento à Escritura, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual será inscrita esta Escritura.

6.7.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima - DAS DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas nas quais o mesmo tiver incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos, desde que documentalmente comprovadas.

7.1.1. O ressarcimento do qual a presente cláusula trata será efetuado no prazo de 2 (dois) dias após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

7.1.2. As despesas às quais se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes:

(a) despesas com publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura ou que vierem a ser exigidas pela legislação/regulamentação;

(b) extração de certidões;

(c) locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e,

(d) eventuais levantamentos adicionais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes ao estrito interesses dos Debenturistas.

(e) em caso de inadimplência da Emissora quanto às obrigações oriundas desta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive processos administrativos, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto no artigo 68, § 5º, da Lei nº 6.404/76, acrescidas à dívida da EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.



24

ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIRÓGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.1.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas nas quais tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldadas na forma da Cláusula 7.1.1. desta Escritura, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

Cláusula Oitava - DA RENÚNCIA

8.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Nona - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

9.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. A Assembléia de Debenturistas desta emissão poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

9.4. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao Debenturista que for eleito pelos presentes.

9.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

9.6. Todas as deliberações da Assembléia de Debenturistas serão tomadas pela maioria dos votos presentes, exceto em caso de modificação nas condições das Debêntures, que dependerá de aprovação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação à época.

9.7. Para efeito de quorum a que se refere esta Cláusula, serão excluídas do número de Debêntures, as pertencentes à EMISSORA.



25

ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES DA EMISSORA, DIVIDIDA EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A., COM FIANÇA DA BRASIL
TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias de Debenturistas.

9.9. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas, afim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Décima - DA DIVISÃO

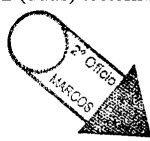
10.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Décima Primeira - DO FORO

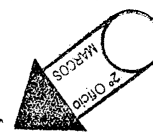
11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

E por estar assim justas e contratadas, firmam esta Escritura a EMISSORA e, na qualidade de interveniente, o AGENTE FIDUCIÁRIO, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Brasília, 18 de dezembro de 2001.



Carla Roberto Lima de Sousa
BRASIL TELECOM S.A.



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

MAURÍCIO DA COSTA RIBEIRO
DIRETOR

MARCO AURÉLIO MACHADO FERREIRA
Procurador



BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

Testemunhas:

1.- *Rodrigou Recart*
Nome: RODRIGOU RECARTE
CPF: 062.440.778-40
RG: 13.397.673

Testemunhas:

2.- *Paulo Luiz Salami*
Nome: PAULO LUIZ SALAMI
CPF: 369.662.230-34
RG: 24.793-046/RS



pe

4.º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DO DISTRITO FEDERAL

Livro Protocolo n.º 1-J Folhas n.º 153

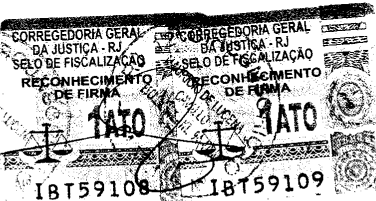
Protocolado o presente título, sob o n.º 56918

Dou fé. Guar-DF, 20 de 12 de 01

Sebastião de Paula Rodrigues
Escrivente Autorizado

12a. C.R.C.P.N. - Tabelionato, Av. das Américas, 3939 - Bloco 1
Loja N.º Barra, Tabelião: GORGÉ FRANCISCO CORREIA. Reconheço por
semelhança as firmas de MAURICIO DA COSTA RIBEIRO e MARCO AURELIO
MACHADO FERREIRA
No: 29288
Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2001. Conf. por
Em testemunho da verdade.

Maurício de Lucena Cavallo - Escrivente



4.º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DO DISTRITO FEDERAL

Certifico que a (o) emissão de debêntures do
presente instrumento foi registrado(a) no Livro n.º 3 - Registro
auxiliar, sob o n.º 2925

Dou fé. Guar-DF, 03 / 01 / 02

Sebastião de Paula Rodrigues
Escrivente Autorizado

2a. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRV/SUL DD. 701 BL. 01 LJ 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASILIA/DF
CNPJ/MF 06.618.421/0001-80

RECONHECO e dou fé por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) de:
LTHBZBO-RODRIGO RECARTE
LTHBZBO-PAULO LUIZ SALAMI

Em testemunho da verdade,
BRASILIA, 20 de Dezembro de 2001

GOIAMO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
LEONILDES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
RITA OLIDES D. F. PAES - ESC. NOT. AUT.
GUILHERMÃO H. DA SILVA - ESC. NOT. AUT.

2a. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRV/SUL DD. 701 BL. 01 LJ 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASILIA/DF
CNPJ/MF 06.618.421/0001-80

RECONHECO por AUTENTICIDADE a(s) firma(s)
de:
LTHBZBO-PAULO PEDRAO RIO BRANCO [21]...
LTHBZBO-CARLA CICO...
LTHBZBO-HENRIQUE SUTTON DE SOUSA NEVES.

Em testemunho da verdade,
BRASILIA, 20 de Dezembro de 2001

GOIAMO BORGES TEIXEIRA - TABELIAO
LEONILDES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
RITA OLIDES D. F. PAES - ESC. NOT. AUT.
GUILHERMÃO H. DA SILVA - ESC. NOT. AUT.